E-BOOKS SEBRAE

Pagando muitos impostos? Conhecendo Planejamento Tributário!

SEBRAE

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Bahia

Sumário

1. Apresentação 3 »

2. Análise do Negócio 5 »

3. Tributação: Como ocorre? Quais cuidados? Obrigações e Isenções 7 »

4. Como fazer um planejamento tributário? 17 »

5. Requisitos Legais 20 »

6. Dicas gerais 22 »

Conclusão 25 »

1. Apresentação

Grande parte das empresas no Brasil pagam anualmente valores a mais de tributos. O impulso e a necessidade de abrir um negócio faz com que muitos empresários não se planejem, se esqueçam ou simplesmente não saibam reconhecer suas obrigações fiscais conforme seu ramo de atividade e assim, acabam gastando parte de seus lucros com impostos muitas vezes desnecessários, fazendo com que o progresso da empresa seja comprometido ou em muitos casos a empresa venha à falência.

Neste cenário, surge a necessidade de se criar um Planejamento Tributário que é um conjunto de procedimentos legais que são aplicados com o objetivo de diminuir a incidência de tributos para as empresas contribuintes. Esta prática é muito importante para a existência das empresas no mercado, pois a carga tributária é uma das maiores dificuldades dos empreendedores.

1. Apresentação

Vale destacar que o Planejamento Tributário não possui nenhuma relação com práticas ilícitas para driblar as responsabilidades fiscais e diminuir o valor dos tributos com sonegações e fraudes. Assim, no Planejamento Tributário, toda ação é baseada em termos legais conforme regem as devidas leis.

Portanto, se você deseja abrir uma micro/pequena empresa ou se você já é empreendedor e deseja obter informações sobre como diminuir sua carga tributária, então este e-book é para você.

Desejamos uma boa leitura e bons aprendizados!

2. Análise do Negócio

A análise do negócio, é sem dúvidas a porta de abertura para que as micro e pequenas empresas possam avaliar suas necessidades de redução de carga tributária.

Neste caso, é preciso avaliar o quanto atualmente a empresa está pagando em impostos dentro do seu atual regime tributário e assim, comparar o quanto poderia estar pagando se estivesse em outros regimes.
Durante este processo de análise é preciso observar também a expectativa de crescimento da empresa, pois de nada adianta optar por um regime tributário mais econômico, pensando somente nos próximos meses.

2. Análise do Negócio

Algumas dicas para se fazer uma boa análise são:

Histórico contábil

Ter em mãos os histórico contábil da sua empresa, é o primeiro passo para avaliar as contribuições anteriores e assim realizar possíveis ajustes para outros regimes.

Estude os regimes tributários do país

Esta pode ser uma atividade complicada para alguns empreendedores. Porém, é muito recomendado que a pessoa mais ligada ao negócio, tenha algum conhecimento sobre os tipos de regimes tributários do país e suas respectivas características. Contar com o apoio de um contador e acompanhar sites específicos sobre o assunto, pode ser uma ótima opção para aprender mais sobre este tema.

Tenha um bom contador

O profissional contábil deve ser um parceiro para sua empresa. Ele é que se encarregará de lhe auxiliar na análise e decisão do melhor regime tributário a ser escolhido. E neste caso, este profissional deve ser alguém de sua confiança para lhe instruir da melhor maneira possível.

3. Tributação: Como ocorre? Quais cuidados? Obrigações e Isenções

Como todos sabem o pagamento de tributos é uma obrigação de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, porém muitas micro e pequenas empresas não sabem exatamente quais tributos são obrigadas a pagar e como é realizado este processo.

Entender o funcionamento da arrecadação tributária é essencial para o desenvol-vimento de qualquer negócio. Portanto, acompanhe a seguir como ocorre a tributação em micro e pequenas empresas e quais são suas obrigações, isenções e cuidados na hora de calcular suas obrigações fiscais.

3. Tributação: Como ocorre? Quais cuidados? Obrigações e Isenções

3.1 Tributos x Impostos

Os tributos são pagamentos realizados aos municípios, estados e União, podendo ser pagos na forma de impostos, taxas e contribuições. Eles são classificados como diretos (Imposto de Renda) ou indiretos (Imposto sobre a venda de mercadorias).

Já os impostos são um tipo específico de tributo relacionados ao financiamento de serviços públicos, como educação, saúde e segurança. Os impostos são tradicionalmente os tributos que mais arrecadam no Brasil.

3. Tributação: Como ocorre? Quais cuidados? Obrigações e Isenções

3.2 Obrigações e Isenções

Independente do sistema de tributação escolhido pelas empresas, os principais impostos e contribuições pagos são basicamente os mesmos. Sendo eles:

• IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica): O IRPJ é calculado sobre o faturamento da empresa, variando de acordo com o regime de tributação adotado.

• CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido): O CSLL é calculado sobre o percentual estimado da receita bruta da empresa e é a contribuição destinada a seguridade social;

• PIS (Programa de Integração Social): A alíquota recolhida do PIS varia de 0,65% para micro e pequenas empresas a 1,65% para as empresas que utilizam o sistema de Lucro Real;

3. Tributação: Como ocorre? Quais cuidados? Obrigações e Isenções

• COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social): A contribuição é calculada com base na receita da empresa, sendo de 7,6% para as empresas optantes pelos sistemas de Lucro Líquido e Presumido e de 3% para as optantes do Simples, sento já embutida no pagamento único;

• CPP (Contribuição Previdenciária Patronal): Destinada a contribuição do empregador para o INSS é calculada sobre a folha de pagamento.

• IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados): Como o nome já diz, ele incide na comercialização de todos os produtos industrializados e a alíquota varia de acordo com o produto, calculada através da Tabela de Incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados.

3. Tributação: Como ocorre? Quais cuidados? Obrigações e Isenções

Nota: Para o cálculo do IPI vale destacar o princípio constitucional da não-cumulatividade, que é o direito que o contribuinte possui de compensar em operações futuras o tributo pelo qual ele já pagou. Desta forma, MPE's quando adquirirem matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagens tributados pelo IPI, tem o direito de se valer desse crédito, mesmo sendo optante do SIMPLES.

Exemplo: Em um cenário temos as empresas A, B e C. A empresa A produz tecidos para roupas e a empresa B fabrica as roupas com os tecidos da empesa A. Já a empresa C comercializa as roupas produzidas pela empresa B.

Suponha-se que a taxa de IPI a ser recolhida é de 10%. Portanto, se a empresa A vende seu produto para a fábrica por R$100,00, então ela deverá recolher R$10,00 de IPI (10% de R$ 100,00) e embutir no preço que será passado para a empresa B.

Desta forma, a empresa B fica com R$ 10,00 de crédito e se vender a roupa para a empresa C por R$ 200,00, terá a incidência de R$ 20,00 de IPI (10 % de R$ 200,00).

No entanto, note que a fábrica já possui um crédito de R$ 10,00 da operação anterior e sendo assim, há a compensação (R$20,00 - R$10,00) de R$10,00 que será repassado como crédito para empresa C.

3. Tributação: Como ocorre? Quais cuidados? Obrigações e Isenções

• ICMS (Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços): Imposto pago quando há a circulação de produtos ou serviços e o valor da alíquota varia de estado para estado.

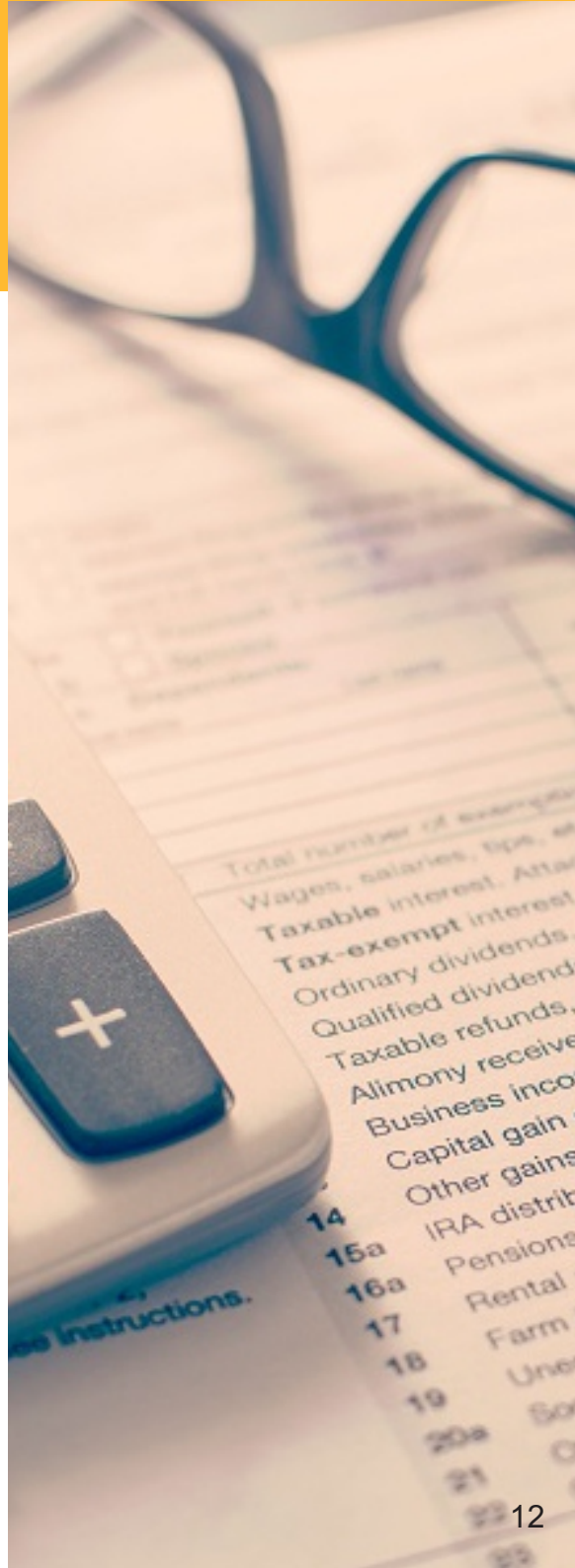
• ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza): A sua alíquota varia de acordo com o tipo de serviço prestado.

Dica: Saber explorar o crédito gerado em operações comerciais, pode ser uma vantagem para que as empresas consigam oferecer um produto mais barato ao seus clientes.

Para melhor compreensão basta imaginar, por exemplo, o caso de uma indústria localizada na Bahia e optante pelo SIMPLES, que pode gerar crédito de 12% para para empresas que tenham o faturamento no mesmo estado.

Devido a diferença de alíquota (17-12=5%), o comprador irá acrescentar 5% ao custo do produto em vez dos 17%. O mesmo vale se a empresa comercializar seus produtos para outros estados, porém, com uma alíquota menor.

Além do ICMS, é possível conceder crédito através do PIS e COFINS. Mas para isso, é preciso consultar o seu contador para identificar cada alíquota e assim poder estimar o preço correto de seus produtos.



3. Tributação: Como ocorre? Quais cuidados? Obrigações e Isenções

3.3 Isenções

Nem todas as empresas pagam todos os impostos citados acima, e neste caso, algumas ficam isentas de determinado imposto:

• IPI: Incide apenas na comercialização de produtos industrializados, uma atividade comercial, por exemplo, é isenta deste imposto.

• ISS: Incide apenas em empresas ligadas a atividades de prestação de serviços.

• CPP: Empresas optantes pelo Simples são isentas deste pagamento, pois não há contribuição adicional ao INSS.

Seja qual for o sistema de tributação adotado, estes impostos e contribuições deverão ser pagos pela empresa. Portanto vale ressaltar que não existe um sistema ideal de tributação, pois isso cada empresa é um caso específico.

3.4 Regimes Tributários

No Brasil existem três categorias de regimes tributários a serem escolhidos pelas empresas. São eles:

• Lucro Presumido: Empresas que faturam anualmente até R$ 48 milhões podem optar por este sistema. Neste caso, o imposto de renda e a CSLL são incididos sobre um percentual que é preestabelecido pela Receita Federal.

• Lucro Real: Todas as empresas podem utilizá-lo como regime tributário, sendo obrigatório para as que faturam anualmente mais de R$ 48 milhões. Neste caso, os impostos são calculados sobre o lucro da empresa.

3. Tributação: Como ocorre? Quais cuidados? Obrigações e Isenções

• Simples Nacional: O Simples Nacional é um regime que abrange em uma alíquota os seguintes impostos: IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, COFINS, IPI, RAT e INSS terceiros. Atualmente podem se enquadrar no Simples Nacional as empresas possuam os seguintes faturamentos anuais:

- R$ 60 mil para Micro Empreendedor Individual
- R$ 360 mil para microempresas
- R$ 3,6 milhões para empresas de pequeno porte

Nota: O teto para faturamento anual de MPE's citado acima podem sofrer reajustes conforme determinação do Governo Federal.

3. Tributação: Como ocorre? Quais cuidados? Obrigações e Isenções

Vale destacar que o pagamento do imposto unificado não exclui a incidência dos seguintes impostos:

• Imposto sobre Operações Financeiras (IOF): Imposto incidente sobre operações de crédito, seguro, câmbio e relacionadas a títulos e valores mobiliários.

• Imposto de Importação (II): Imposto Federal cobrado quando há a entrada de produtos estrangeiros no território nacional.

• Imposto de Exportação (IE): Imposto Federal cobrado quando há a saída de produtos nacionais (ou nacionalizados) para o exterior.

• Imposto sobre a propriedade Territorial Rural (ITR): Imposto cobrado quando há domínio útil ou a posse do imóvel, localizado fora do perímetro urbano do município.

• IPTU: Imposto Federal cuja incidência se dá sobre a propriedade urbana

• FGTS Fundo de Garantia do Tempo de Serviço: Semelhante a uma poupança, este fundo tem a finalidade principal de apoiar os trabalhadores em casos de encerramento da relação de emprego, em situações de doenças graves e até em momentos de catástrofes naturais, sendo também destinado a investimentos em habitação, saneamento e infraestrutura.

4. Como fazer um planejamento tributário?

O Planejamento Tributário deve ser realizado anualmente pelos adminis-tradores da empresa. A opção por um dos três regimes tributários deve ser definida com cautela, pois a legislação não permite mudanças no mesmo exercício. Assim, é preciso cuidado na hora de escolher o regime tributário correto, já que esta decisão provocará efeitos positivos ou negativos durante todo o ano.

4. Como fazer um planejamento tributário?

4.1 Levantando dados

O primeiro passo para realizar o Planejamento Tributário da sua empresa, é fazer o levantamento das seguintes informações:

- Receita bruta anual (ou previsão de faturamento).
- Expectativa de despesas operacionais
- Margem de lucro
- Despesa com empregados (caso possua)

A coleta dessas informações será útil para avaliar as vantagens em cada tipo de regime de tributação e assim auxiliar o empreendedor na escolha do regime que melhor se adaptar às necessidades da empresa.

4. Como fazer um planejamento tributário?

4.2 Escolhendo o melhor regime tributário

Somente colocando no papel os possíveis cenários, será possível avaliar de maneira clara, qual será o melhor regime tributário a ser escolhido.

Neste caso, o seu contador deverá identificar a atividade da sua empresa, a legislação utilizada e realizar um levantamento dos números contábeis e tributários apurados no ano atual. Com essas informações em mãos, será necessário comparar o orçamento para o ano seguinte, para que se possa ter uma visão detalhada de qual será o melhor regime.

Outro ponto importante é acompanhar as mudanças ocorridas na legislação. Isto porque geralmente no fim do ano anterior e início de cada ano, o Fisco costuma emitir diversos dispositivos legais que podem auxiliar na redução da carga tributária, portanto, vale a pena estar atento neste assunto. Todo este planejamento é conhecido como elisão fiscal, ou seja, são métodos legais para reduzir a carga tributária da empresa, fazendo escolhas prévias antes que determinados tributos sofram ajustes.

5. Requisitos Legais

Ao longo desse e-book, você observou que para realizar o Planejamento Tributário, é preciso reunir uma série de informações que auxiliará o seu contador na avaliação do melhor regime para a sua empresa.

Nesta etapa, é comum surgir a seguinte dúvida: Quais documentos fiscais devo guardar em minha empresa? Para responder esta pergunta, veja a tabela abaixo onde mostra os principais documentos e seus prazos para ser guardados conforme suas respectivas leis.

5. Requisitos Legais

Tipo de Documento	Prazo para Guardar
• Imposto de Renda Pessoa Jurídica	10 anos
• Notas Fiscais de Entrada	5 anos
• Notas Fiscais de Saída	10 anos
• Recolhimento de PIS	10 anos
• IPI / ISSQN / ITR / IPTU / IPVA / ITBI	5 anos
• Cofins	10 anos
• Livro de Apuração de Lucro Real (Lalur)	10 anos
• CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados	3 anos
• RAIS – Relação Anual de Informações Sociais	5 anos
• Movimento Contábil ou Movimento de Caixa	5 anos
• GPS – Guia da Previdência Social	5 anos
• GFIP – Guia recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social	30 anos
• GRFC – Guia de recolhimento rescisório do FGTS e da contribuição social	30 anos

6. Dicas gerais

Após ter conhecido os principais processos para se fazer um bom Planejamento Tributário, ainda podem haver algumas dúvidas ou necessidade de receber algumas informações adicionais. Pensando nisso, separamos neste capítulo algumas dicas para você começar a por seu planejamento hoje mesmo. Veja:

Onde consigo informações sobre tributação?

Para conhecer mais sobre a tributação no Brasil o empresário pode acessar os seguintes sites:

- Receita Federal

http://idg.receita.fazenda.gov.br

- Secretaria da Fazenda

http://www.sefaz.ba.gov.br

- Portal Tributário

http://www.portaltributario.com.br

- Portal do Empreendedor

http://www.portaldoempreendedor.gov.br

- Consulte também o site da Junta Comercial da sua cidade ou Estado.

http://www.juceb.ba.gov.br

6. Dicas gerais

Avaliando o Simples

Se por um lado o Simples Nacional traz a vantagem de unificar oito impostos em apenas uma guia de recolhimento, por outro lado esta modalidade nem sempre é a mais viável para micro e pequenas empresas.

A prova disso é que que as alíquotas são cobradas conforme o tipo de empresa. E dependendo da categoria em que a empresa se encaixar, alguns tributos podem ser altos, chegando perto dos tributos de uma empresa que está no lucro presumido.

Outra desvantagem que o empresário optante pelo Simples pode enfrentar, está em não poder destacar em suas notas fiscais o ICMS e IPI. E neste caso, quem comprar dessas empresas, fica sem o direto ao crédito fiscal desses impostos.

6. Dicas gerais

Portanto, é preciso avaliar diversos fatores na hora de se decidir. O Simples realmente é uma excelente opção, mas é preciso ficar atento a determinados pontos que possam prejudicar o desenho da empresa.

Dica Extra: Para quem pretende optar pelo Simples Nacional, o Sebrae disponibiliza uma calculadora online, onde é possível saber o valor da alíquota a ser paga e fazer a comparação com o regime de Lucro Presumido, desta forma, é possível identificar qual é o mais vantajoso para o negócio (Ver Calculadora)

Conclusão

O Planejamento Tributário ainda é visto por muitos empresários como uma atividade desnecessária e insignificante. Parte desta atitude se deve por desconhecimento a respeito do grande impacto que os tributos tem sobre o faturamento da empresa e até mesmo da possibilidade de melhorar este cenário de maneira legal.

Atualmente as micro e pequenas empresas possuem altas taxas de mortalidade e um dos grandes vilões deste cenário é justamente a falta de Planejamento Tributário. Em outras palavras, as empresas estão pagando tributos adicionais aos cofres públicos, cujo dinheiro poderia ser aplicado para a expansão do negócio ou guardado como um fundo reserva para tempos de crise.

Conclusão

Este e-book teve o objetivo de abrir as portas para que micro e pequenos empresários possam se conscientizar da importância do Planejamento Tributário não só para manterem suas empresas ativas, mas também para avançarem em seus negócios.

Por fim, vale destacar que além das informações aqui obtidas, cabe ao empreendedor buscar sempre por novas informações, já que as tributações é um tema em constante atualização.

Sobre o Sebrae Bahia

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é um entidade privada sem fins lucrativos, que conta com uma rede de quase 700 pontos de atendimento presencial em todo o Brasil, sendo 31 somente na Bahia. Com o apoio e a orientação do Sebrae, as micro e pequenas empresas se fortalecem e geram mais empregos e renda para todo o Brasil.

O Sebrae na Bahia foi concebido para apoiar e fomentar a criação, a expansão e a modernização das micro e pequenas empresas do Estado, capacitando-as para cumprir, eficazmente, o seu papel no processo de desenvolvimento econômico e social. Para facilitar o atendimento em diversas regiões do estado, foram inauguradas diversas unidades de atendimento.

Desta forma, o Sebrae na Bahia fica ainda mais próximo de seus clientes, oferecendo soluções em educação, consultoria, acesso ao crédito e ao mercado, além de incentivar a abertura de novos pequenos negócios e a qualificação das empresas já existentes. Tudo para fomentar o progresso econômico e social do povo.

Mais conteúdo aqui:

www.ba.sebrae.com.br **0800 570 0800**

SebraeBahia